Alexandre Ramos da Silva

O Pequeno e Prático Guia do Católico Raiz sobre as Indulgências

Alexandre Ramos da Silva

O Pequeno e Prático Guia do Católico Raiz sobre as Indulgências

5ª edição, revista e ampliada
2026

“A doutrina e o uso das indulgências, vigentes na Igreja há muitos séculos, estão intimamente ligados aos efeitos do sacramento da Penitência. Não se trata de uma prática secundária ou acidental, mas de uma ajuda preciosa para que o fiel, purificado e renovado, possa remover os vestígios do pecado e avançar com maior prontidão no caminho da caridade. A Igreja, exercendo o ministério da redenção, distribui o tesouro das satisfações de Cristo e dos santos, para que o cristão, unido a eles, seja fortalecido em sua conversão e estimulado a uma vida mais santa”.

— Papa Paulo VI, Constituição Apostólica *Indulgentiarum Doctrina*.

1

O CATÓLICO DIANTE DA MORTE

A morte, para o católico, não é ruptura definitiva, mas passagem. Quem une a sua própria morte à de Cristo reconhece nela o momento de encontro com o Senhor, a entrada na vida eterna (cf. *Catecismo da Igreja Católica* [CIC], 1020).

A Igreja acompanha o fiel até o último instante, oferecendo-lhe os sacramentos que fortalecem e consolam: a Absolvição, a Unção dos Enfermos e o Viático. É como se a comunidade inteira se reunisse em torno do moribundo para conduzi-lo ao abraço de Deus.

No ritual das exéquias, a Igreja exprime essa confiança com palavras que não são apenas fórmulas, mas verdadeira profissão de fé: o católico é entregue ao Pai que o criou, ao Filho que o redimiu e ao Espírito que o santificou. A esperança é que seja recebido pelos santos e pelos anjos, e que contemple o Redentor face a face (cf. CIC, 1020).

Arrependimento e misericórdia divina

A morte põe fim ao tempo da vida humana aberto à aceitação ou rejeição da graça divina manifestada em Cristo.

A Escritura e a doutrina da Igreja afirmam que, após a morte, cada pessoa recebe sua retribuição eterna na própria alma imortal, em um juízo particular que refere a vida a Cristo: entrada na bem-aventurança do céu por meio de uma purificação, ou condenação eterna imediata.

Mesmo quando sabemos que um ato é grave em si mesmo, devemos confiar o julgamento das pessoas à justiça e à misericórdia de Deus.

Por isso, ao descrever as situações do morrer, o cristão não deve

substituir o juízo de Deus por esquemas simplistas, mas chamar-se a confiar no que Deus vê no íntimo da consciência e no modo como a graça foi acolhida ou recusada.

Quem morre com os sinais sacramentais: é sustentado pela graça própria da hora final, e a Igreja oferece palavras de perdão e acolhe o moribundo com os últimos auxílios.

Quem morre com arrependimento: o ato de conversão, quando presente, abre a pessoa à misericórdia de Deus; em todo caso, o julgamento da pessoa compete a Deus.

Quem morre sem arrependimento: a ausência de caridade e de conversão mantém-se como possibilidade grave ligada ao pecado mortal; ainda assim, o juízo concreto da pessoa é confiado à justiça e misericórdia de Deus.

Quem nunca acreditou: a Igreja afirma que a retribuição se dá "de acordo com suas obras e fé"; porém, como Deus conhece plenamente a interioridade, não cabe ao homem reduzir essa realidade a conclusões simplificadoras.

O CIC ensina que, depois da morte, cada pessoa recebe de Deus a consequência de suas escolhas (1021-1022). O céu e o inferno não são prêmios ou castigos externos, mas o resultado lógico da liberdade que cada um exerceu em vida.

Alguns dizem que não precisam de "céu" ou "inferno" para agir bem, que podem decidir por si mesmos o que é certo ou errado. De certo modo, isso confirma que a consciência humana é capaz de discernir o bem e o mal. Mas, ao mesmo tempo, refuta a ideia de que céu e inferno sejam fantoches: eles são a revelação e a consequência plenas daquilo que cada pessoa escolheu ser.

Deus respeita radicalmente a liberdade humana — inclusive e principalmente quanto às consequências. Por isso, o céu não é recompensa para os bons, nem o inferno castigo para os maus: são o desdobramento natural daquilo que cada um viveu e quis.

2

O JUÍZO PARTICULAR

A morte encerra o tempo da escolha. Enquanto vivemos, estamos diante da graça de Cristo, livres para acolhê-la ou rejeitá-la. Com a morte, essa liberdade se consuma e a vida é apresentada diante de Deus (cf. CIC, 1021-1022).

O Novo Testamento fala do Juízo sobretudo em relação à vinda gloriosa de Cristo no fim dos tempos (cf. Mt 25,31-46; Jo 5,28-29), mas também afirma que cada pessoa recebe já após a morte a retribuição conforme a sua fé e as suas obras (cf. Hb 9,27; 2Cor 5,10).

As parábolas e palavras de Jesus, como a do pobre Lázaro (cf. Lc 16,19-31) e a promessa feita ao Bom Ladrão (cf. Lc 23,42-43), indicam que o destino da alma não é uniforme, mas varia segundo a resposta de cada um ao amor divino.

No instante da morte, a alma imortal é julgada em referência a Cristo. Esse juízo particular pode conduzir a três desfechos:

- **Purificação**: Para aqueles que morreram na amizade de Deus, mas ainda necessitam de purificação, abre-se o caminho da misericórdia que prepara a entrada no céu (cf. 1Cor 3,15).
- **Entrada imediata na felicidade eterna**: Para os que se apresentam diante de Cristo já purificados, a comunhão plena é concedida sem demora (cf. Fl 1,23).
- **Condenação definitiva**: Para os que rejeitaram a graça, o juízo confirma essa escolha e sela a separação eterna (cf. Mt 25,41; Jo 3,18).

A tradição espiritual resume esse mistério numa frase breve e exigente: “Ao entardecer da vida, seremos examinados no amor” (cf. São João da Cruz, *Ditos de Luz e Amor*, 57). Não se trata de um tribunal frio, mas de um encontro pessoal com Cristo, em que o critério é o amor vivido ou recusado.

3

ENTRE O JUÍZO PARTICULAR E O JUÍZO UNIVERSAL

O Juízo Particular decide o destino da alma imediatamente após a morte. No entanto, a história da salvação não se encerra aí. A Igreja ensina que há uma tensão entre o destino pessoal de cada homem e a consumação definitiva de todas as coisas (cf. CIC, 1021-1022).

Enquanto aguarda a ressurreição dos corpos e o Juízo Universal, cada alma já participa de sua sorte eterna: os justos vivem em comunhão com Cristo, ainda esperando a plenitude da glória; os que necessitam de purificação permanecem em estado de esperança e purificação; os que morreram afastados de Deus experimentam a separação definitiva (cf. Lc 16,22-23; Ap 14,13).

A espera escatológica

- Os bem-aventurados: Já contemplam Deus face a face (cf. 1Jo 3,2; 1Cor 13,12), mas aguardam a ressurreição do corpo, quando a criação inteira será renovada e a comunhão dos santos alcançará sua plenitude (cf. Rm 8,19-23).
- Os que passam pela purificação: Vivem na certeza da salvação, mas ainda necessitam ser purificados para entrar plenamente na visão beatífica. Essa purificação é obra da misericórdia divina, e a Igreja acompanha essas almas com orações, sufrágios e indulgências (cf. 2Mac 12,46).
- Os que rejeitaram a graça: Permanecem na separação definitiva de Deus, ainda que o Juízo Universal venha manifestar publicamente a justiça dessa escolha (cf. Jo 3,18; Mt 25,41).

4

A RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

A Fé Católica proclama que o homem ressuscitará em corpo e alma. A identidade humana não é apenas espiritual nem apenas material, mas uma unidade inseparável de alma e corpo (cf. CIC, 990-1004). Diferentemente dos anjos, que são puros espíritos (cf. Hb 1,14), e dos animais e vegetais, que pertencem apenas à ordem material (cf. Gn 1,24-25), o homem foi criado por Deus como união de matéria e espírito.

A antropologia católica rejeita qualquer concepção que trate o corpo como prisão da alma ou como algo destinado a ser descartado após a morte. Essa ideia não é apenas estranha ao cristianismo, mas

contrária à própria Revelação, porque nega a bondade da criação divina. Ao criar o homem à sua imagem e semelhança, Deus viu que tudo o que havia feito era muito bom (cf. Gn 1,26-31). O corpo humano, portanto, não é um acidente nem um obstáculo, mas parte essencial da natureza humana e de sua vocação à comunhão com Deus.

Por isso, para salvar a humanidade, o Filho de Deus assumiu verdadeiramente a natureza humana, inclusive a carne, exceto no pecado (cf. Jo 1,14; Hb 4,15). A Encarnação confirma definitivamente a dignidade do corpo humano e sua vocação à glória.

A esperança da ressurreição

- Unidade restaurada: Na ressurreição, a alma será reunida ao corpo, agora transfigurado pela glória de Cristo. Essa união será definitiva e plena, livre das limitações, corrupções e sofrimentos da condição terrena (cf. 1Cor 15,42-44).
- Participação na vitória de Cristo: A ressurreição dos mortos é fruto da vitória pascal de Cristo sobre o pecado e a morte. Assim como Cristo ressuscitou, também os que lhe pertencem participarão de sua vida nova e incorruptível (cf. 1Cor 15,20-23; Rm 6,5).
- Plenitude da criação: A ressurreição não diz respeito apenas ao destino individual do homem, mas à renovação de toda a criação. O homem ressuscitado manifesta que a obra de Deus é boa, querida por Ele e destinada à eternidade (cf. Rm 8,19-23; Ap 21,1-5).

A Fé Católica ensina que, no fim dos tempos, todos os mortos, justos e pecadores, ressuscitarão para comparecer diante de Cristo (cf. At 24,15; Jo 5,28-29; CIC, 1038-1041). Será a hora em que cada vida será manifestada em sua verdade, e em que o Senhor separará os que praticaram o bem dos que rejeitaram a graça (cf. Mt 25,31-46). O Juízo Universal não é apenas confirmação do Juízo Particular, mas revelação pública da justiça e da misericórdia de Deus diante de toda a criação.

A revelação da verdade

No encontro definitivo com Cristo, que é a Verdade (cf. Jo 14,6), será posta a descoberto a relação de cada homem com Deus. O que foi feito ou omitido durante a vida terrena aparecerá em sua plena consequência (cf. Rm 2,6-8). Os pobres, os pequenos e os necessitados, membros vivos de Cristo — terão sido ocasião de encontro com Ele (cf. Mt 25,40). O Juízo Universal revelará se o amor foi acolhido ou recusado, se a vida foi vivida em comunhão ou em indiferença.

O sentido da história

O Juízo Universal acontecerá na vinda gloriosa de Cristo (cf. Mt 24,30-31; Ap 20,11-15). Só o Pai conhece o dia e a hora (cf. Mc 13,32), mas nesse momento será pronunciada a palavra definitiva sobre toda a criação. Então se compreenderá o sentido último da economia da salvação, e se verá como a providência divina conduziu todas as coisas ao seu fim. A justiça de Deus triunfará sobre as injustiças humanas, e o seu amor se mostrará mais forte do que a morte (cf. 1Cor 15,54-55).

Apelo à conversão

A mensagem do Juízo Universal não é apenas anúncio de futuro, mas chamado presente. Enquanto dura o tempo da vida, é oferecido ao homem o “tempo favorável (*kairós*), o tempo da salvação” (cf. 2Cor 6,2). O Juízo inspira o santo temor de Deus, compromete na prática da justiça e sustenta a esperança feliz da vinda do Senhor, que será glorificado nos seus santos e admirado em todos os que nele acreditaram (cf. 2Ts 1,10; Tt 2,13).

O sentido do Juízo Universal

O Juízo Universal não altera o destino já definido no Juízo Particular. Ele manifesta diante de toda a criação a justiça e a misericórdia de Deus, revelando a verdade das obras humanas e a história da salvação em sua totalidade (cf. Mt 25,31-46; Jo 5,28-29). É o

momento em que Cristo, Juiz e Senhor, será reconhecido por todos, e em que a comunhão dos santos se mostrará como corpo glorioso e ressuscitado (cf. Ap 20,11-15).

O Juízo Divino não é moral nem legalista: ele considera o amor

Quando o Filho do Homem vier em sua glória, e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória. E serão reunidas em sua presença todas as nações, e ele separará os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos, e porá as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. Então dirá o rei aos que estiverem à sua direita: "Vinde, benditos de meu Pai, recebei por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo. Pois tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me recolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me". Então os justos lhe responderão: "Senhor, quando foi que te vimos com fome e te alimentamos, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos forasteiro e te recolhemos ou nu e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso e fomos te ver?". Ao que lhes responderá o rei: "Em verdade vos digo: cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes". Em seguida, dirá aos que estiverem à sua esquerda: "Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno preparado para o diabo e para os seus anjos. Porque tive fome e não me destes de comer. Tive sede e não me destes de beber. Fui forasteiro e não me recolhestes. Estive nu e não me vestistes, doente e preso, e não me visitastes". Então, também eles responderão: "Senhor, quando é que te vimos com fome ou com sede, forasteiro ou nu, doente ou preso e não te servimos?'. E ele responderá com estas palavras: "Em verdade vos digo: todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer". E irão estes para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna (Mt 25,31-46).

À luz desta passagem, vê-se que a moral católica possui um caráter verdadeiramente universal. O critério apresentado por Cristo não é a pertença exterior a um povo, época ou cultura, mas a caridade concreta. Assim, mesmo aquele que jamais ouviu falar de Jesus, sempre que socorreu o necessitado, serviu ao próprio Cristo, ainda que sem o saber. A moral cristã dirige-se, portanto, a todos os homens, porque diz respeito à própria estrutura da realidade humana e ao dever universal da caridade.

Além disso, trata-se de uma moral essencialmente ativa. No Juízo descrito por Nosso Senhor, os condenados não aparecem sobretudo por terem cometido grandes crimes, mas porque deixaram de fazer o

bem: não deram de comer, não acolheram, não visitaram. O centro da vida moral cristã não está numa obsessão estéril por evitar toda falta possível, mas na disposição efetiva de amar e servir. O tempo e as forças do católico devem orientar-se principalmente para a prática do bem. Até porque ninguém alcança perfeitamente uma impecabilidade negativa; e, muitas vezes, quanto mais alguém se fecha numa vigilância ansiosa sobre a própria pureza moral, menos resta nele de atenção, generosidade e caridade para com o próximo.

6
O CÉU

O céu é a comunhão definitiva com Deus. Os que morrem na graça e na amizade do Senhor, já purificados, vivem para sempre com Cristo. Tornam-se semelhantes a Ele porque O contemplam tal como é, face a face (cf. 1Jo 3,2; 1Cor 13,12; CIC, 1023-1029). Essa visão direta de Deus, sem mediações, é chamada pela Igreja de *visão beatífica*.

A vida em plenitude

O céu é a realização das aspirações mais profundas do homem: vida, luz, paz, banquete, casa do Pai, Jerusalém celeste (cf. Jo 14,2; Ap 21,1-4; Ap 22,5). São imagens que procuram expressar o que ultrapassa toda a compreensão humana. Viver no céu é estar com Cristo, e n'Ele cada eleito encontra sua verdadeira identidade, o seu nome próprio (cf. Ap 2,17).

A obra de Cristo

Pela morte e ressurreição, Jesus abriu-nos o céu (cf. Hb 9,24; Jo 14,6). Os bem-aventurados participam plenamente dos frutos da redenção, incorporados a Cristo e associados à sua glorificação (cf. Rm 8,17). O céu é, portanto, comunidade: não apenas encontro individual com Deus, mas comunhão com todos os santos, com Maria, com os anjos e com os amigos de Deus (cf. Hb 12,22-23).

A visão beatífica

Deus, em sua transcendência, só pode ser visto quando Ele mesmo abre o mistério à contemplação imediata. Essa visão é dom e graça, e constitui a felicidade suprema: ver a Deus, participar da sua luz, gozar da imortalidade alcançada (cf. Mt 5,8; Ap 22,4).

O reinado com Cristo

Na glória celeste, os bem-aventurados não cessam de cumprir a vontade de Deus. Reinando com Cristo, participam da sua obra em

relação aos homens e à criação inteira (cf. Ap 22,5). É o triunfo definitivo do amor, em que a vida se torna comunhão eterna.

7
O PURGATÓRIO

A pena temporal

Aqueles que morrem na graça e na amizade de Deus, mas ainda não plenamente purificados, estão seguros da salvação eterna. Contudo, necessitam de uma purificação final para alcançar a santidade indispensável à visão beatífica. A Igreja chama *Purgatório* a essa purificação, que não é castigo dos condenados, mas expressão da misericórdia divina (cf. CIC, 1030-1032).

A tradição fala de um fogo purificador, não como punição arbitrária, mas como imagem da intensidade desse processo de purificação (cf. 1Cor 3,13-15). Trata-se de uma realidade distinta do inferno: os que passam pelo Purgatório já pertencem a Cristo, mas precisam ser libertos das marcas do pecado para entrar na alegria do céu.

Fundamento bíblico e tradição

A doutrina do Purgatório encontra apoio na Escritura e na prática constante da Igreja. Desde os primeiros tempos, os cristãos rezaram pelos defuntos, oferecendo sufrágios em seu favor, sobretudo o Sacrifício eucarístico (cf. 2Mac 12,46). Essa prática exprime a fé de que os vivos podem ajudar os mortos a alcançarem a purificação necessária.

A Igreja recomenda também esmolas, obras de penitência e indulgências aplicadas aos defuntos. Esses gestos não são apenas memória, mas verdadeira comunhão: o corpo místico de Cristo permanece unido, e a caridade dos vivos alcança os que já partiram (cf. Mt 12,32; 2Tm 1,18).

O sentido da pena temporal

O Purgatório ilumina o conceito de *pena temporal*. Mesmo quando o pecado é perdoado, permanecem consequências que precisam ser purificadas (cf. 2Sm 12,13-14). A indulgência, como veremos, é precisamente o meio pelo qual a Igreja, administrando os méritos de Cristo e dos santos, auxilia o fiel a superar essa pena temporal. Assim, o Purgatório não é um obstáculo, mas parte do caminho da santificação, em que a misericórdia de Deus se manifesta até o fim.

AS INDULGÊNCIAS

O que é indulgência

A indulgência é definida pela Igreja como a remissão, perante Deus, da pena temporal devida pelos pecados cuja culpa já foi perdoada. Essa remissão é concedida ao fiel devidamente disposto, em condições determinadas, pela ação da Igreja que, como dispensadora da redenção, aplica o tesouro das satisfações de Cristo e dos santos (cf. CIC, 1471; *Enchiridion Indulgentiarum*, 1999).

- **Indulgência plenária**: remissão total da pena temporal.
- **Indulgência parcial**: remissão de parte da pena temporal.

Condições para receber indulgências

Segundo o *Enchiridion Indulgentiarum* e o Catecismo, são necessárias as chamadas “quatro condições ordinárias”:

- Disposição interior (desapego do pecado): É indispensável a repulsa e exclusão total de qualquer afeto ou apego a qualquer pecado, inclusive o pecado venial. Se faltar essa perfeita disposição, a indulgência torna-se apenas parcial.
- Confissão sacramental: Deve ser realizada individualmente. Uma única confissão bem-feita e em estado de graça é suficiente para lucrar várias indulgências plenárias ao longo de alguns dias (cerca de 20 dias antes ou depois da obra prescrita).
- Comunhão Eucarística: É necessária uma comunhão sacramental distinta para cada indulgência que se deseja lucrar, recebida de preferência

no próprio dia em que se realiza a obra.

- Oração nas intenções do papa: Deve ser feita para cada indulgência individualmente, rezando-se ao menos um Pai-Nosso e uma Ave-Maria (ou outra oração conforme a devoção do fiel) em perfeita comunhão com as intenções do Sumo Pontífice.

Limite diário: Só é permitido lucrar uma única indulgência plenária por dia (salvo em caso de iminência de morte, onde o fiel pode receber a Indulgência Plenária *In Articulo Mortis* mesmo já tendo lucrado outra no mesmo dia).

Confissão em estado de graça?

Sim, uma pessoa em estado de graça pode confessar pecados veniais — e, de fato, é recomendável que o faça.

A confissão sacramental não existe apenas para reconciliar quem perdeu a graça santificante por pecado mortal. Ela também:

- aumenta a graça;
- fortalece contra futuras quedas;
- cura desordens espirituais;
- combate hábitos viciosos;
- aperfeiçoa a consciência moral.

O Catecismo da Igreja Católica distingue claramente:

- Pecado mortal: rompe a caridade e exige reconciliação sacramental;
- Pecado venial: não destrói a graça, mas a enfraquece.

Assim, alguém em estado de graça normalmente confessa:

- pecados veniais;
- faltas habituais;
- negligências;
- omissões;
- defeitos combatidos asceticamente;
- eventualmente pecados mortais antigos já absolvidos,

não para nova absolvição, mas por devoção, humildade ou maior contrição.

A tradição espiritual clássica — especialmente em autores como São Francisco de Sales, Santo Afonso Maria de Ligório e São João Paulo II — recomenda fortemente a confissão frequente mesmo sem pecado mortal. É daí que surgiu historicamente a prática semanal ou quinzenal entre religiosos e muitos leigos devotos.

É comum hoje associar a confissão apenas a “pecado grave”. Mas, na espiritualidade católica clássica, ela funciona também como medicina, direção ascética e disciplina sacramental contínua.

A associação das indulgências com o sacramento da Penitência

“A doutrina e o uso das indulgências, vigentes na Igreja há muitos séculos, estão intimamente ligados aos efeitos do sacramento da Penitência. Não se trata de uma prática secundária ou acidental, mas de uma ajuda preciosa para que o fiel, purificado e renovado, possa remover os vestígios do pecado e avançar com maior prontidão no caminho da caridade. A Igreja, exercendo o ministério da redenção, distribui o tesouro das satisfações de Cristo e dos santos, para que o cristão, unido a eles, seja fortalecido em sua conversão e estimulado a uma vida mais santa” (Papa Paulo VI, Constituição Apostólica *Indulgentiarum Doctrina*).

A Comunhão dos Santos

A prática das indulgências, além do indispensável aspecto individual como vimos considerado na citação da *Indulgenciarum Doctrina*, só se compreende à luz do dogma da *Comunhão dos Santos* (cf. CIC, 946-962). Como em todos os sacramentos, vocações e serviços, tudo acontece na Igreja, pela Igreja e para a Igreja, ressalvadas a liberdade e a responsabilidade individual de cada fiel, visto que no Dia do Juízo cada um prestará contas ao Senhor estritamente de seus próprios atos.

A Igreja é uma só, mas se manifesta em três estados:

- **Igreja Militante**: os fiéis que vivem neste mundo, combatendo o bom combate da fé (cf. 1Tm 6,12).
- **Igreja Padecente**: as almas do Purgatório, que se purificam para entrar na visão beatífica (cf. 1Cor 3,15).
- **Igreja Triunfante**: os santos já

glorificados no céu (cf. Ap 7,9-10).

A indulgência é expressão dessa comunhão: os méritos de Cristo e dos santos são aplicados aos fiéis vivos e aos defuntos, mostrando que ninguém se salva isoladamente. Rezar pelas almas do Purgatório é ato de caridade que beneficia tanto elas quanto nós, porque fortalece a unidade do Corpo de Cristo e nos lembra que a santidade é nosso destino comum (cf. 2Mac 12,46; Hb 12,1).

Os abusos dessa doutrina

Entre o fim da Idade Média e o início do Renascimento, é amplamente reconhecido que ocorreram abusos na prática pastoral das indulgências. O próprio Catecismo da Igreja Católica admite que, ao longo da história, "não faltaram abusos" na administração das indulgências e que isso exigiu uma reforma da disciplina (1471-1479). A Igreja, portanto, não apenas reconhece o problema, mas o corrige oficialmente.

Historiadores como Daniel-Rops observam que, no século XV, certas práticas "desfiguraram uma ideia essencialmente espiritual" (cf. *A Igreja da Renascença e da Reforma*), mostrando que o erro estava na aplicação, não na doutrina. Christopher Dawson também destaca que a crise religiosa do período foi alimentada por "excessos locais e distorções populares" (cf. *A Divisão da Cristandade*), e não pela teologia das indulgências em si. Will Durant, mesmo escrevendo de fora da tradição católica, reconhece que a doutrina era coerente dentro do sistema sacramental medieval, e que o problema real foi o uso "mercantilizado" que alguns pregadores fizeram dela (cf. *A Reforma*).

Teólogos como o cardeal Joseph Ratzinger insistem que a indulgência só pode ser compreendida dentro da comunhão dos santos, que ele descreve como a realidade espiritual pela qual os méritos de Cristo e dos santos beneficiam todo o Corpo Místico (cf. *Introdução ao Cristianismo*). Hans Urs von Balthasar, ao tratar da mesma doutrina, afirma que rejeitar as indulgências por causa de abusos históricos seria "perder o essencial por causa do acidental" (cf. *Teologia da História*). Assim, denunciar e condenar os abusos é necessário; porém, negar a doutrina por causa deles seria, como diz o ditado, jogar fora a criança junto com a água do banho.

9

AS PRINCIPAIS INDULGÊNCIAS AO LONGO DO ANO LITÚRGICO

INDULGÊNCIA NO FIM DO ANO CIVIL
(31 de dezembro, Tempo do Natal)

Esta indulgência, concedida em 31 de dezembro, tem o objetivo de manifestar a gratidão pública da Igreja e de seus membros a Deus por todos os benefícios, graças e bênçãos recebidos ao longo do ano civil que se encerra.

Condições Específicas

Ato Litúrgico: Recitar ou cantar publicamente (em comunidade ou na igreja) o hino de ação de graças *Te Deum* (*A Vós, ó Deus, louvamos*).

Aplicação: Pode ser obtida em benefício próprio ou aplicada em favor de uma alma no Purgatório.

***Te Deum* (A Vós, ó Deus, louvamos)**

Em português

A Vós, ó Deus, louvamos; a Vós, Senhor, bendizemos.
A Vós, ó eterno Pai, adora toda a terra.
A Vós, todos os Anjos, os Céus e todas as Potestades.
A Vós, os Querubins e Serafins proclamam com incessantes vozes:
Santo, Santo, Santo, Senhor, Deus dos exércitos!
Os céus e a terra estão cheios da majestade da vossa glória.
A Vós, o glorioso coro dos Apóstolos,
A Vós, o louvável número dos Profetas,
A Vós vos louva o brilhante exército dos Mártires.
A Vós confessa a Santa Igreja por toda a orbe da terra.
Pai de imensa majestade, ao vosso Filho verdadeiro, único e adorável, e também ao Espírito Santo Paráclito.
Vós sois o Rei da glória, ó Cristo. Vós sois o Filho eterno do Pai.
Vós, para vos unir e libertar o homem, não rejeitastes o seio da Virgem.
Vós, vencendo a morte, abristes aos fiéis o Reino dos céus.
Vós, que estais sentado à mão direita de Deus, na glória do Pai.
Cremos que de novo haveis de vir como juiz.
[de joelhos]
Por isso Vos rogamos: socorrei os vossos servos, que haveis remido com Vosso preciosíssimo sangue.

Fazei que sejamos contados na eterna glória, entre o número dos vossos Santos.

Salvai, Senhor, o vosso povo, e abençoai a vossa herança.

Governai-os e exaltai-os eternamente.

Todos os dias vos bendizemos.

E louvamos sempre o vosso Nome, por todos os séculos dos séculos.

Dignai-Vos, Senhor, neste dia, conservar-nos sem pecado.

Tende piedade de nós, Senhor; tende piedade de nós.

Derramai sobre nós, Senhor, a vossa misericórdia, pois em Vós colocamos toda a nossa esperança.

Em Vós, Senhor, esperei; não serei confundido eternamente.

℣. Bendigamos ao Pai e ao Filho com o Espírito Santo.

℟. Louvemo-los e engrandeçamo-los por todos os séculos.

℣. Bendito sois, Senhor, no firmamento do Céu,

℟. Louvável, gloriosos e exaltado por todo o sempre.

℣. Senhor, ouvi a minha oração.

℟. E chegue até Vós o meu clamor.

℣. O senhor seja convosco.

℟. E com o vosso espírito.

Oremos.

Ó Deus, cuja misericórdia é sem limite e cuja bondade é um tesouro inesgotável, prostrados ante a vossa piíssima Majestade, nós Vos rendemos graças pelos benefícios que nos haveis feito, suplicando sempre a vossa clemência, para que não desampareis nunca aqueles a quem concedestes o que vos pediram, e os disponhais para receber os prêmios eternos.

Por Cristo Senhor Nosso.

℣. Amém.

Em latim

Te Deum laudamus: te Dominum confitemur.

Te aeternum Patrem omnis terra veneratur.

Tibi omnes Angeli, tibi caeli et universae potestates;

Tibi Cherubim et Seraphim incessabili voce proclamant:

Sanctus, Sanctus, Sanctus Dominus Deus Sabaoth.

Pleni sunt caeli et terra maiestatis gloriae tuae.

Te gloriosus Apostolorum chorus,

Te Prophetarum laudabilis numerus,

Te Martyrum candidatus laudat exercitus.

Te per orbem terrarum sancta confitetur Ecclesia.

Patrem immensae maiestatis; Venerandum tuum verum et unicum Filium; Sanctum quoque Paraclitum Spiritum.

Tu, Rex gloriae, Christe, Tu Patris sempiternus es Filius.

Tu, ad liberandum suscepturus hominem, non horruisti Virginis uterum.

Tu, devicto mortis aculeo, aperuisti credentibus regna caelorum.

Tu ad dexteram Dei sedes in gloria Patris.

Iudex crederis esse venturus.

[genuflexit]

Te ergo quaesumus tuis famulis subveni, quos pretioso sanguine redemisti.

Aeterna fac cum Sanctis tuis in gloria numerari.

Salvum fac populum tuum, Domine, et benedic haereditati tuae.

Et rege eos, et extolle illos usque in aeternum.

Per singulos dies benedicimus te.

Et laudamus nomen tuum in saeculum, et in saeculum saeculi.

Dignare, Domine, die isto sine peccato nos custodire.

Misereri nostri, Domine, miserere nostri.

Fiat misericordia tua, Domine, super nos, quemadmodum speravimus in te.

In te, Domine, speravi: non confundar in aeternum.

℣. *Benedicamus Patrem, et Filium, cum Sancto Spiritu.*

℟. *Laudemus, et superexaltemus eum in saecula.*

℣. *Benedictus es, Domine, in firmamento caeli.*

℟. *Et laudabilis, et gloriosus, et superexaltatus in saecula.*

℣. *Domine, exaudi orationem meam.*

℟. *Et clamor meus ad te veniat.*

℣. *Dominus vobiscum.*

℟. *Et cum spiritu tuo.*

Oremus.

Deus, cuius misericordiae non est numerus, et bonitatis infinitus est thesaurus; piissimae Maiestati tuae pro collatis donis gratias agimus, tuam semper clementiam exorantes; ut, qui petentibus postulata concedis, eosdem non deserens, ad praemia futura disponas.

Per Christum Dominum nostrum.

℟. *Amen.*

INDULGÊNCIA NO INÍCIO DO ANO CIVIL
(1º de janeiro, Tempo do Natal)
NA SOLENIDADE DA SANTA MÃE DE DEUS

Concedida em 1º de janeiro, na Solenidade de Santa Maria, Mãe de Deus, para invocar solenemente o auxílio, a luz e os dons divinos do Espírito Santo para toda a humanidade e para a vida do fiel no ano civil que se inicia.

Condições Específicas

Ato Litúrgico: Recitar ou cantar publicamente (em comunidade ou na igreja) o hino *Veni, Creator Spiritus* (*Vem, Espírito Criador*).

Aplicação: Pode ser obtida em benefício próprio ou aplicada pelas almas do Purgatório.

Em português

Vinde, Espírito Criador
Ó vinde Espírito Criador,
as nossas almas visitai
e enchei os nossos corações
com Vossos dons celestiais.

Vós sois chamado o Intercessor,
do Deus excelso o dom sem par,
a fonte viva, o fogo, o amor,
a unção divina e salutar.

Sois doador dos sete dons,
e sois poder na mão do Pai,
por Ele prometido a nós,

por nós Seus feitos proclamai.

A nossa mente iluminai,
os corações enchei de amor,
nossa fraqueza encorajai,
qual força eterna e protetor.

Nosso inimigo repeli,
e concedei-nos Vossa paz,
se pela graça nos guiais,
o mal deixamos para trás.

Ao Pai e ao Filho Salvador,
por Vós possamos conhecer,
que procedeis do Seu amor,
fazei-nos sempre firmes crer.

Glorifiquemos a Deus Pai,
E ao Filho que ressuscitou.
E ao Santo Espírito de Deus,
Por infinitos séculos.
Amém.

Em latim

Veni, creator Spiritus,
mentes tuorum visita,
imple superna gratia,
quae tu creasti pectora.

Qui diceris Paraclitus,
altissimi donum Dei,
fons vivus, ignis,
caritas et spiritalis unctio.

Tu septiformis munere,
digitus paternae dexterae;
tu rite promissum Patris
sermone ditans guttura.

Accende lumen sensibus,
infunde amorem cordibus,
infirma nostri corporis,
virtute firmans perpeti.

Hostem repellas longius
pacemque dones protinus;
ductore sic te praevio
vitemus omne noxium.

Per te sciamus da Patrem
noscamus atque Filium,
teque utriusque Spiritum
credamus omni tempore.

Deo Patri sit gloria
et Filio, qui a mortuis
surrexit, ac Paraclito,
in saeculorum saecula.
Amen.

SEMANA SANTA

Quinta-Feira Santa (Missa da Ceia do Senhor)

Neste dia em que se celebra a instituição da Eucaristia e do Sacerdócio, concede-se a indulgência plenária ao fiel que participar da Missa *In Coena Domini* (da Ceia do Senhor) e, durante a solene trasladação do Santíssimo Sacramento ao altar da reposição (monumento), recitar ou cantar piedosamente o hino eucarístico *Tantum Ergo* (Veneremos, adoremos / Tão Sublime Sacramento).

Em português:

Tão sublime Sacramento, / vamos todos adorar, Pois o Antigo Testamento / deu ao Novo seu lugar. Venha a fé por suplemento / os sentidos completar.

Ao eterno Pai cantemos / e a Jesus, o Salvador. Ao Espírito exaltemos, / na Trindade eterno amor. Ao Deus Uno e Trino demos / a alegria do louvor. Amém.

Em latim:

Tantum ergo Sacramentum veneremur cernui: Et antiquum documentum novo cedat ritui: Praestet fides supplementum sensuum defectui.

Genitori Genitoque laus et iubilatio, Salus, honor, virtus quoque sit et benedictio: Procedenti ab utroque compar sit laudatio. Amen.

Sexta-Feira Santa (Celebração da Paixão do Senhor)

No dia em que a Igreja faz memória da morte redentora de Cristo, os fiéis podem lucrar a indulgência plenária se participar piedosamente da Ação Litúrgica da Paixão do Senhor e, no momento do rito, adorar devotamente a Santa Cruz (beijando-a ou fazendo o gesto litúrgico de adoração prescrito).

Nota: a oração da Via-Sacra, que muitos realizam de forma especial nesta sexta-feira, também concede indulgência plenária por si mesma em qualquer dia do ano.

Sábado Santo / Vigília Pascal (A Noite Santa)

Na noite mais gloriosa do ano litúrgico, em que se celebra a Ressurreição de Jesus, a indulgência plenária é concedida ao fiel que participar da celebração da Sagrada Vigília Pascal e ali renovar as promessas do Santo Batismo, utilizando qualquer fórmula legítima aprovada pela Igreja.

Domingo de Páscoa (A Ressurreição do Senhor)

No Domingo de Páscoa, os fiéis podem receber a indulgência plenária através de uma das bênçãos mais solenes da Igreja: a Bênção *Urbi et Orbi* (Para a Cidade e para o Mundo) concedida pelo Sumo Pontífice. Esta indulgência é válida não apenas para quem está fisicamente presente na Praça de São Pedro, mas também para os fiéis que acompanham a bênção ao vivo através do rádio, da televisão ou da internet (transmissões de vídeo digitais).

Em todos os dias, é indispensável a observação das Condições Gerais, bastando uma confissão para esse período.

MISERICÓRDIA DIVINA

Concedida no Domingo da Misericórdia Divina (o primeiro domingo após a Páscoa), foi instituída oficialmente pela Penitenciaria Apostólica em 2002 por desejo de São João Paulo II, profundamente inspirado pelas revelações de Santa Faustina Kowalska, para motivar

os fiéis a acolherem com profunda devoção a mansidão da misericórdia divina.

Condições específicas

Para a indulgência plenária**:** Participar de orações e devoções em honra da Divina Misericórdia em uma igreja ou capela *ou* rezar o Pai-Nosso e o Credo diante do Santíssimo Sacramento (público ou reservado no sacrário), acrescentando uma invocação piedosa (p.ex.: *"Jesus misericordioso, eu confio em Vós"*).

Para a indulgência parcial**:** Recitar legitimamente uma invocação a Jesus Misericordioso com o coração contrito.

Casos especiais (doentes, idosos e impossibilitados): Unir-se espiritualmente às celebrações, rezar diante de uma imagem de Jesus Misericordioso e ter a firme intenção de cumprir as condições gerais assim que possível.

PENTECOSTES

Na Solenidade de Pentecostes, cinquenta dias após a Páscoa, a Igreja celebra a descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos e concede indulgências aos fiéis que recorrerem com devoção à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade.

A concessão de indulgências para esta Solenidade está oficialmente registrada no *Enchiridion Indulgentiarum* (*Manual das Indulgências*), documento promulgado pela Penitenciaria Apostólica que reúne as orações e obras enriquecidas com essas graças.

Condições Específicas

Para a indulgência plenária: Participar solenemente da recitação ou do canto do hino *Veni, Creator Spiritus* (*Vinde, Espírito Criador*) em uma igreja ou oratório no dia da solenidade.

Para a indulgência parcial: Recitar piedosamente o hino *Veni, Creator Spiritus* ou a sequência *Veni, Sancte Spiritus* (*Vinde, Espírito Santo*) em qualquer outro dia do ano, ou fazer o uso devoto de um objeto de piedade devidamente abençoado.

Casos especiais (doentes, idosos e impossibilitados): Unir-se espiritualmente às celebrações litúrgicas, rezar o hino de invocação ao Espírito Santo diante de uma imagem sagrada e oferecer a Deus os seus sofrimentos e incômodos da vida, mantendo a intenção de cumprir as condições gerais assim que possível.

***Veni, Creator Spiritus* (*Vinde, Espírito Criador*)**

(Cf. Indulgência de Primeiro de Janeiro)

CORPUS CHRISTI

Na Solenidade do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo (*Corpus Christi*), a Igreja Católica concede a indulgência plenária por meio de duas ações principais ligadas ao culto e à adoração da Santíssima Eucaristia.

De acordo com o *Enchiridion Indulgentiarum* (*Manual das Indulgências*, Concessão nº 7), as obras prescritas para este dia são:

Obras específicas para a Solenidade de *Corpus Christi*

O fiel pode obter a indulgência *plenária* realizando uma das seguintes ações devotas no dia da solenidade:

A. Participação na Procissão Eucarística

Participar piedosamente da solene procissão com o Santíssimo Sacramento (seja caminhando nas vias públicas ou acompanhando o rito dentro do espaço sagrado, caso as circunstâncias locais assim o exijam), testemunhando Testemunhar a fé na presença real de Jesus Cristo na Eucaristia e render-Lhe o supremo culto de adoração.

B. Recitação ou canto do *Tantum Ergo* (*Tão Sublime Sacramento*)

Recitar ou cantar publicamente (em comunidade, durante a ação litúrgica ou adoração comunitária) as duas últimas estrofes do hino *Pange Lingua*, conhecidas como *Tantum Ergo* (*Tão Sublime Sacramento*).

Indulgência *parcial***:** Fora da Solenidade de Corpus Christi (e da Quinta-Feira Santa), a recitação dessas estrofes confere apenas indulgência parcial.

Para fins de oração ou canto litúrgico, utiliza-se a tradução oficial ou o texto em latim:

Em português

Tão sublime Sacramento, / vamos todos adorar, Pois o Antigo Testamento / deu ao Novo seu lugar. Venha a fé por suplemento / os sentidos completar.

Ao eterno Pai cantemos / e a Jesus, o Salvador. Ao Espírito exaltemos, / na Trindade eterno amor. Ao Deus Uno e Trino demos / a

alegria do louvor. Amém.

Em latim

Tantum ergo Sacramentum veneremur cernui: Et antiquum documentum novo cedat ritui: Praestet fides supplementum sensuum defectui.

Genitori Genitoque laus et iubilatio, Salus, honor, virtus quoque sit et benedictio: Procedenti ab utroque compar sit laudatio. Amen.

SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

A Solenidade do Sagrado Coração de Jesus (festa móvel, celebrada na sexta-feira logo após a oitava do *Corpus Christi*) tem como principal finalidade reparar as ofensas e as ingratidões cometidas pela humanidade contra o amor infinito de Cristo, manifestado em Seu Coração ferido. A prática foi incentivada pelas revelações de Jesus a Santa Margarida Maria Alacoque e sistematizada pela Santa Sé para promover a devoção reparadora.

Condições Específicas

Ato Litúrgico: Recitar publicamente (em comunidade ou na igreja), no dia da solenidade, o Ato de Reparação ao Sagrado Coração de Jesus, *Iesu dulcissime*

Indulgência Parcial**:** Concede-se indulgência parcial ao fiel que recitar essa mesma oração de forma privada ou em silêncio em qualquer outro dia do ano.

Ato de Desagravo ao Sagrado Coração de Jesus

Em português:

Jesus dulcíssimo, cujo amor infinito para com os homens é tão ingratamente pago com esquecimentos, friezas e desprezos, eis-nos aqui prostrados diante do vosso altar, para reparar, por especiais homenagens de honra, tão indigna indiferença e as injúrias com que é de toda parte alvejado o vosso amorosíssimo Coração.

Lembrados, porém, de que também nós, outras vezes, nos manchamos com tão grande indignidade, e agora, profundamente arrependidos, imploramos antes de tudo a vossa misericórdia para nós mesmos, prontos a expiar, por voluntária reparação, não só os pecados que cometemos, mas ainda os daqueles que, andando longe do caminho da salvação, recusam seguir-vos como pastor e guia, obstinados na sua infidelidade, ou, calcando aos pés as promessas do

batismo, sacudiram o suavíssimo jugo da vossa lei.

De todos estes crimes deploráveis queremos nós hoje expiar cada um em particular: a imodéstia e torpeza da vida e dos vestidos, as muitas seduções armadas às almas inocentes, a profanação dos dias santos, as horríveis blasfêmias contra vós e contra os vossos santos, os insultos contra o vosso Vigário e a ordem sacerdotal, as negligências e horríveis sacrilégios com que é profanado o próprio sacramento do divino amor, e enfim os pecados públicos das nações que resistem aos direitos e ao magistério da Igreja por vós fundada.

Oh! pudéssemos nós lavar com o próprio sangue tantas iniquidades! Entretanto, como reparação da honra divina ultrajada, nós vos oferecemos, juntamente com os merecimentos da Virgem vossa Mãe, de todos os santos e almas piedosas, aquela satisfação que vós mesmo oferecestes um dia sobre a cruz ao eterno Pai e que renovais todos os dias nos altares; prometendo, de todo o coração, reparar, quanto em nós estiver e com o auxílio da vossa graça, os pecados por nós cometidos e as indiferenças para com tão grande amor, por meio da firmeza da fé, da inocência da vida e da perfeita observância da lei evangélica, especialmente da caridade; e impedir também, quanto pudermos, as injúrias contra vós, e atrair ao vosso seguimento o maior número possível de pessoas.

Recebei, nós vos suplicamos, ó benigníssimo Jesus, pela intercessão da bem-aventurada Virgem Maria reparadora, este voluntário ato de desagravo; e conservai-nos fidelíssimos até a morte no vosso serviço e no dever, por meio do grande dom da perseverança final, para que todos cheguemos enfim àquela pátria onde vós viveis e reinais com o Pai e o Espírito Santo pelos séculos dos séculos. Amém.

Em latim

Iesu dulcissime, Redemptor, respice ad nos humillime provolutos ante aram tuam. Tui enim sumus et tui esse volumus; sed ut tibi arctius coniungi valeamus, en hodie sacratissimo Cordi tuo se quisque nostrum sponte dedicat.

Multi quidem te numquam cognoverunt; multi, mandatis tuis contemptis, repudiaverunt. Miserere omnium, benignissime Iesu, et ad sacratissimum Cor tuum universos trahe.

Rex esto, Domine, non fidelium tantum qui numquam a te discesserunt, sed etiam filiorum prodigorum qui te reliquerunt; fac eos ad paternam domum cito redire, ne miseria et fame pereant.

Rex esto eorum quos aut opinionum error aut discordia separavit, eosque ad portum veritatis et fidei unitatem revoca, ut unus mox fiat grex et unus pastor.

Largire, Domine, Ecclesiae tuae securam cum libertate incolumitatem; largire cunctis gentibus tranquillitatem ordinis; fac ut ab uno terrarum orbe una resonet vox: Sit laus divino Cordi, per quod nobis parta salus; ipsi gloria et honor in saecula. Amen.

S. PEDRO E S. PAULO

A Solenidade dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo é celebrada no dia 29 de junho (ou no domingo mais próximo, caso a solenidade seja transferida na liturgia local), para honrar o martírio, o testemunho e o legado dos dois pilares da Igreja de Roma — São Pedro, o pastor universal, e São Paulo, o apóstolo dos gentios —, fortalecendo nos fiéis a comunhão com a Sé Apostólica.

Condições Específicas

Ato de Piedade: Fazer o uso devoto de um objeto de piedade (crucifixo, cruz, um escapulário, medalha ou terço) que tenha sido abençoado pelo Sumo Pontífice (o Papa) ou por qualquer Bispo.

Oração prescrita: Além do uso devoto do objeto nesse dia, o fiel deve recitar uma profissão de fé legítima (como o Credo/Símbolo dos Apóstolos) para professar sua unidade com a fé da Igreja Católica.

Para obter indulgência *plenária* na solenidade de S. Pedro e S. Paulo, o objeto deve ter sido abençoado pelo Sumo Pontífice (Papa) ou por qualquer Bispo, e deve ser acrescentada uma fórmula legítima de profissão de fé, além das condições gerais exigidas para indulgência plenária. Se o objeto de piedade tiver sido abençoado por qualquer sacerdote ou diácono, o fiel pode obter indulgência *parcial*, usando-o piedosamente conforme a norma.

Credo Niceno-Constantinopolitano

Em português

Creio em um só Deus,

Pai todo-poderoso,

criador do céu e da terra,

de todas as coisas visíveis e invisíveis.

Creio em um só Senhor, Jesus Cristo,
Filho Unigênito de Deus,
nascido do Pai antes de todos os séculos:
Deus de Deus, luz da luz,
Deus verdadeiro de Deus verdadeiro,
gerado, não criado,
consubstancial ao Pai.
Por ele todas as coisas foram feitas.
E por nós, homens, e para nossa salvação,
desceu dos céus:
e se encarnou pelo Espírito Santo,
no seio da Virgem Maria,
e se fez homem.
Também por nós foi crucificado
sob Pôncio Pilatos;
padeceu e foi sepultado.
Ressuscitou ao terceiro dia,
conforme as Escrituras,
e subiu aos céus,
onde está sentado à direita do Pai.
E de novo há de vir, em sua glória,
para julgar os vivos e os mortos;
e o seu reino não terá fim.
Creio no Espírito Santo,
Senhor que dá a vida,
e procede do Pai e do Filho;
e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado:
ele que falou pelos profetas.
Creio na Igreja,
una, santa, católica e apostólica.
Professo um só batismo

para remissão dos pecados.

E espero a ressurreição dos mortos

e a vida do mundo que há de vir.

Amém.

Em latim

Credo in unum Deum, Patrem omnipotentem, factorem caeli et terrae, visibilium omnium et invisibilium.

Et in unum Dominum Iesum Christum, Filium Dei unigenitum, et ex Patre natum ante omnia saecula.

Deum de Deo, lumen de lumine, Deum verum de Deo vero, genitum, non factum, consubstantialem Patri: per quem omnia facta sunt.

Qui propter nos homines et propter nostram salutem descendit de caelis.

Et incarnatus est de Spiritu Sancto ex Maria Virgine, et homo factus est.

Crucifixus etiam pro nobis sub Pontio Pilato; passus et sepultus est, et resurrexit tertia die, secundum Scripturas, et ascendit in caelum, sedet ad dexteram Patris.

Et iterum venturus est cum gloria, iudicare vivos et mortuos, cuius regni non erit finis.

Et in Spiritum Sanctum, Dominum et vivificantem: qui ex Patre Filioque procedit.

Qui cum Patre et Filio simul adoratur et conglorificatur: qui locutus est per prophetas.

Et unam, sanctam, catholicam et apostolicam Ecclesiam.

Confiteor unum baptisma in remissionem peccatorum.

Et exspecto resurrectionem mortuorum, et vitam venturi saeculi.

Amen.

PORCIÚNCULA

Numa noite do mês de julho de 1216, como acontecia em tantas outras noites, na silenciosa solidão da pequena Igreja da Porciúncula, São Francisco ajoelhado, estava profundamente mergulhado nas suas

orações, quando, subitamente, uma luz vivíssima e fulgurante encheu todo o recinto e no meio dela, apareceu Jesus ao lado da Virgem Maria sorridente, sentados num trono e circundados por diversos anjos.

Jesus perguntou-lhe: “Qual o melhor auxílio que desejarias receber, para conseguir a salvação eterna da Humanidade?”.

Sem hesitar Francisco respondeu: “Senhor Jesus, peço-Vos que, a todos os arrependidos e confessados, que visitarem esta igreja, lhes concedais um amplo e generoso perdão, uma completa remissão de todas as suas culpas”.

“O que pedes, Francisco, é um benefício muito grande”, disse-lhe o Senhor, “muito embora sejas digno e merecedor de muitas coisas. Assim, acolho o teu pedido, com uma condição: deverás solicitar essa indulgência ao meu Vigário na Terra”.

No dia seguinte, Francisco, acompanhado pelo Frei Masseu, seguiu para Perúgia, a fim de se encontrar com o Papa Honório III. Chegando, disse-lhe: “Santo Padre, há algum tempo, com o auxílio de Deus, restaurei uma Igreja em honra a Santa Maria dos Anjos. Venho pedir a Vossa Santidade que concedais, nessa igreja uma indulgência a quantos a visitarem, sem a obrigação de oferecerem qualquer coisa em pagamento, a partir do dia da dedicação da mesma”.

O Papa ficou surpreendido e comoveu-se com o tal pedido. Depois perguntou: “Por quantos anos pedes esta indulgência?”.

“Santo Padre, não peço anos, mas penso em muitos homens e mulheres que precisam sentir o perdão de Deus”, respondeu Francisco.

“Que pretendes, em concreto, dizer com isto?”, retorquiu o Papa.

“Se aprouver a Vossa Santidade, gostaria que todas as pessoas que venham a visitar a Porciúncula, contritos dos seus pecados, em estado de graça, confessados e tendo recebido a absolvição sacramental, obtenham a remissão de todos os seus pecados, na pena e na culpa, no Céu e na Terra, desde o dia do seu batismo até o dia em que entre na Porciúncula”.

“Mas não é costume a Cúria Romana conceder tal indulgência"!

“Senhor, disse o *Poverello*, este pedido não o faço por mim, mas por ordem de Cristo, da parte de quem estou aqui”.

Ouvindo isto, o Papa, cheio de amor, repetiu três vezes: “Em nome de Deus, Francisco, concedo-te a indulgência que em nome de Cristo me pedes”.

Tendo alguns cardeais ali presentes manifestado desacordo, o Papa reafirmou: “Já concedi a indulgência. Todo aquele que entrar na Igreja de Santa Maria dos Anjos da Porciúncula, sinceramente arrependido das suas faltas e confessado, seja absolvido de toda pena e de toda culpa. Esta indulgência valerá apenas durante um dia, em cada ano, *in perpetuo*, desde as primeiras vésperas, incluída a noite, até às vésperas do dia seguinte”.

A consagração da igrejinha aconteceu no dia 2 de agosto do mesmo ano de 1216.

A Indulgência da Porciúncula era concedida apenas a quem visitasse a Igreja de Santa Maria dos Anjos, entre a tarde do dia 1º de agosto e o pôr-do-sol do dia 2 de agosto. Mas em 9 de julho de 1910, o Papa São Pio X concedeu autorização aos bispos de todo o mundo, só naquele ano de 1910, para que designassem qualquer igreja pública das suas dioceses, a fim de que também nelas, as pessoas recebessem a Indulgência da Porciúncula (*Acta Apostolicae Sedis*, II, 1910, 443 sq.; *Acta Ord. Frat. Min.*, XXIX, 1910, 226).

Este privilégio foi renovado por um tempo indefinido, por decreto da Sagrada Congregação de Indulgências, em 26 março de 1911 (*Acta Apostolicae Sedis*, III, 1911, 233-4). O que significa que, atualmente, qualquer igreja franciscana ou paroquial de qualquer país tem o benefício da Indulgência que São Francisco conseguiu de Jesus para toda a humanidade.

Deste modo, ganharão a Indulgência todas as pessoas que, estando em estado de graça, visitarem uma igreja nos dias mencionados, rezarem um Credo, um Pai-Nosso e um Glória, suplicando ao Criador o benefício da indulgência, e rezando também um Pai-Nosso, uma Ave-Maria e um Glória pelas intenções do Santo Padre.

Poderão utilizar a Indulgência em seu próprio benefício ou em favor de pessoas falecidas.

Período

Do meio-dia de 1º de agosto até a meia-noite do dia 2 de agosto.

Condições Específicas

Visitação: Visitar uma igreja franciscana ou uma igreja paroquial que goze desse benefício dentro do período determinado.

Orações locais: Durante a visita, rezar piamente um Credo e um Pai-Nosso, além de um Pai-Nosso, uma Ave-Maria e um Glória pelas intenções do Sumo Pontífice.

Aplicação: Pode ser lucrada em benefício próprio ou aplicada em

sufrágio pela alma de um fiel falecido especificamente identificado, ou de modo genérico por uma alma no Purgatório, deixando a escolha à Misericórdia Divina.

FINADOS

A concessão de indulgência no dia da memória dos Fiéis Defuntos baseia-se no dogma da Comunhão dos Santos, que une a Igreja na Terra, no Purgatório e no Céu. Serve para que os fiéis intercedam e aliviem o sofrimento das almas que se encontram em purificação, conforme a norma 15 da *Indulgentiarum Doctrina*.

Condições específicas

No Dia de Finados (2 de novembro): Visitar devotamente uma igreja ou oratório público (ou semipúblico, para os que legitimamente o utilizam) e ali rezar um Pai-Nosso e o Credo.

De 1º a 8 de novembro: Visitar piedosamente um cemitério e ali rezar, mesmo que apenas em espírito, pelos defuntos.

Aplicação exclusiva: Diferente de outras, esta indulgência é aplicável somente às almas do Purgatório (limitada a uma por dia).

CRISTO REI

A indulgência plenária ligada à Solenidade de Nosso Senhor Cristo Rei do Universo tem sua origem no pontificado de Papa Pio XI, que em 1925 publicou a encíclica *Quas Primas*. Nesse documento, o Papa instituiu a festa de Cristo Rei para toda a Igreja, como resposta às ideologias que, na época, buscavam excluir Cristo da vida pública e social. Pio XI quis reafirmar a soberania universal de Jesus Cristo sobre os povos e sobre a história. Como parte dessa celebração, determinou que fosse recitado solenemente o Ato de Consagração do gênero humano ao Sagrado Coração de Jesus, oração composta anteriormente por Papa Leão XIII em 1899, quando consagrou o mundo inteiro ao Coração de Cristo com a encíclica *Annum Sacrum*. Pio XI vinculou essa oração à festa recém-criada, dando-lhe um caráter público e comunitário.

Mais tarde, a Sagrada Penitenciaria Apostólica incluiu no *Enchiridion Indulgentiarum* (o Manual das Indulgências) a concessão de indulgência plenária aos fiéis que, na Missa da solenidade, recitam publicamente essa consagração junto com o sacerdote. Assim, a

indulgência de Cristo Rei nasce da união de dois momentos históricos: a consagração universal feita por Leão XIII e a instituição da festa por Pio XI, consolidada depois no Manual das Indulgências como prática oficial da Igreja.

Condições específicas

Data: No último domingo do Tempo Comum (festa móvel que encerra o ano litúrgico).

A Indulgência é plenária se o fiel fizer a oração em voz alta, publicamente, junto com o celebrante. Caso o celebrante não fizer a oração, o fiel poderá fazê-la em silêncio, e nesse caso a Indulgência é parcial.

Indo à Missa, leve consigo o texto da oração, seja para acompanhar o celebrante, seja para fazê-la sozinho, se for o caso.

Oração de Consagração do Gênero Humano a Jesus Cristo Rei

Ó dulcíssimo Jesus, Redentor do gênero humano, lançai sobre nós, humildemente prostrados na Vossa presença, o Vosso olhar. Nós somos e queremos ser Vossos. E a fim de podermos viver mais intimamente unidos a Vós, cada um de nós se consagra, espontaneamente, neste dia, ao Vosso Sacratíssimo Coração.

Muitos há que nunca Vos conheceram; muitos, desprezando Vossos mandamentos, Vos renegaram. Benigníssimo Jesus, tende piedade de uns e de outros e trazei-os todos ao Vosso Sagrado Coração.

Senhor, sede Rei não somente dos fiéis que nunca de Vós se afastaram, mas também dos filhos pródigos que Vos abandonaram; fazei que estes retornem quanto antes à casa paterna, para não perecerem de miséria e de fome.

Sede Rei dos que vivem iludidos no erro ou separados de Vós pela discórdia; trazei-os ao porto da verdade e à unidade da fé, a fim de que em breve haja um só rebanho e um só Pastor.

Senhor, conservai incólume a Vossa Igreja e dai-lhe uma liberdade segura e sem peias; concedei ordem e paz a todos os povos; fazei que de um polo a outro do mundo ressoe uma só voz: louvado seja o Coração divino que nos trouxe a salvação, honra e glória a Ele por todos os séculos.

Amém.

VIA-SACRA

De acordo com o *Enchiridion Indulgentiarum* (Manual das Indulgências) da Igreja Católica (Concessão nº 23), a indulgência plenária pela realização do piedoso exercício da Via-Sacra pode ser lucrada *todos os dias* do ano, e não apenas em datas específicas.

Não há uma época do ano restrita (como a Quaresma) ou um dia específico da semana (como as sextas-feiras) exigido pela Igreja; o fiel pode receber essa graça diariamente, desde que cumpra as condições estabelecidas.

No entanto, existem *circunstâncias*, *locais* e *regras específicas* para que o ato da Via-Sacra conceda a indulgência plenária:

Uso de estações legítimas: O exercício deve ser feito diante de 14 estações da Via-Sacra legitimamente erigidas (com as respectivas cruzes de madeira, geralmente acompanhadas por quadros ou imagens).

Movimentação física: Exige-se o movimento de uma estação para a outra. Ou seja, o fiel deve caminhar de estação em estação enquanto medita.

Exceção: Se a Via-Sacra for feita publicamente e de forma comunitária (por exemplo, na igreja inteira), basta que o dirigente se desloque de estação em estação, enquanto os demais fiéis permanecem em seus lugares, acompanhando devotamente com o corpo e a mente.

A devoção essencial: Consiste na leitura piedosa e na meditação da Paixão e Morte do Senhor. Não é obrigatório o uso de textos ou orações longas específicas para cada estação, embora seja o costume; o requisito central é a meditação interior sobre o mistério da dor de Cristo (cf. *O Pequeno e Prático Guia do Católico Raiz para a Via-Sacra*).

Casos especiais (impossibilitados)

Para os fiéis que estão legitimamente impedidos de ir a uma igreja ou local com as estações erigidas (como doentes, idosos, prisioneiros ou pessoas em locais isolados), a Igreja concede a indulgência plenária sob a seguinte circunstância:

Dedicar pelo menos 15 minutos à leitura piedosa e meditação da Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Devem ser observadas, ainda, as Condições Gerais para a obtenção de indulgências.

(Cf. *O Pequeno e Prático Guia do Católico Raiz para a Via-Sacra*)

ANO SANTO OU JUBILEU

Originada no pontificado de Bonifácio VIII em 1300 (Bula *Antiquorum habet fida relatio*) e reafirmada na história recente (como por São João Paulo II no ano 2000 e Papa Francisco para o Jubileu de 2025 com a bula *Spes non confundit*). É a expressão máxima da misericórdia ilimitada de Deus através da conversão e da peregrinação.

Período

Durante o período do Ano Santo/Jubileu (sejam os Ordinários a cada 25 anos, ou Extraordinários convocados pela Sé Apostólica ou Bispos).

Condições Específicas

Peregrinação: Realizar uma peregrinação piedosa a uma das Basílicas Papais Maiores em Roma ou a uma das igrejas e santuários jubilares (onde estão as “Portas Santas”) expressamente designados pelo bispo diocesano na igreja local.

Atos de piedade locais: Dedicar um tempo digno à oração, reflexão e adoração dentro do templo jubilar, concluindo com o Pai-Nosso, a Profissão de Fé (Credo) e invocações à Virgem Maria ou aos santos padroeiros.

ANIVERSÁRIO DE BATISMO

O batismo, desde os tempos apostólicos, é considerado o sacramento da iniciação cristã, pelo qual o fiel é incorporado a Cristo e à Igreja. A Igreja sempre incentivou os fiéis a recordar esse dia, mas foi apenas com a publicação do *Enchiridion Indulgentiarum* pela Sagrada Penitenciaria Apostólica, especialmente na edição típica de 1968 após o Concílio Vaticano II, que se estabeleceu de forma explícita a indulgência plenária para quem, no aniversário de seu batismo, renova as promessas batismais em qualquer fórmula legítima.

Essa concessão reflete o espírito do Concílio, que insistiu na importância de redescobrir a dignidade batismal e viver a vocação cristã como participação ativa na missão da Igreja. Portanto, a indulgência do aniversário de batismo é fruto da reforma indulgenciária pós-conciliar, que buscou ligar as práticas espirituais às raízes sacramentais da vida cristã.

A indulgência plenária no dia do batismo consiste na remissão total da pena temporal devida pelos pecados já perdoados, devolvendo à alma

a pureza espiritual que possuía no momento do batismo.

Condições específicas

Participar de uma missa nesse dia, preferencialmente na paróquia onde foi batizado.

Receber a Eucaristia.

Renovar a Profissão de Fé Católica e as promessas batismais, o que pode ser feito durante a missa ou em oração pessoal.

Renovação da Profissão de Fé Católica

Eu creio em Deus Pai todo-poderoso, criador do céu e da terra.

Eu creio em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, que nasceu da Virgem Maria, padeceu, foi sepultado, ressuscitou dos mortos e está sentado à direita do Pai.

Eu creio no Espírito Santo, na santa Igreja Católica, na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição da carne e na vida eterna.

Esta é a minha Fé e a Fé de meus pais, a Fé dos Apóstolos que a Igreja anuncia através dos séculos até a volta do Senhor, e que, mesmo sendo indigno, eu publicamente professo. Amém.

Renovação das promessas batismais

Eu renuncio ao pecado, para viver na liberdade dos filhos de Deus.

Eu renuncio às seduções do mal, para que o pecado não me escravize.

Eu renuncio a Satanás, que é o autor e o príncipe do pecado.

NO MOMENTO DA MORTE

No artigo da morte: a Igreja concede uma plenária aos moribundos na última agonia, desde que haja as disposições exigidas e tenham estado habituados a recitar algumas orações durante a vida; essa plenária é especificamente prevista nas normas sobre perigo de morte.

A indulgência plenária concedida no artigo de morte *(In articulo mortis)* é uma das expressões mais comoventes da solicitude materna da Igreja, projetada para garantir que a alma enfrente o trânsito para a eternidade totalmente purificada das penas temporais.

As normas vigentes para esta graça estão registradas no *Manual das*

Indulgências (Concessão nº 12). Ela possui uma estrutura única e generosa, dividida em duas circunstâncias: com ou sem a presença de um sacerdote.

Na presença do sacerdote (a Bênção Apostólica)

Quando um sacerdote assiste o fiel em perigo de morte, ele administra os sacramentos dos enfermos (Confissão, Unção dos Enfermos e o Viático/Comunhão). Ao final, o sacerdote confere uma graça especial chamada Bênção Apostólica com Indulgência Plenária.

Condição Específica

Aceitar piedosamente a bênção e a absolvição proferidas pelo sacerdote.

Fórmula Litúrgica

O sacerdote utiliza a fórmula tradicional:

Pelas faculdades que a Sé Apostólica me concedeu, eu te concedo a indulgência plenária e o perdão de todos os teus pecados, em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo. Amém.

Na ausência de um sacerdote (a provisão da Igreja)

Se o fiel estiver em perigo iminente de morte e não houver nenhum sacerdote disponível, a própria Santa Igreja, de forma extraordinária, supre essa ausência e concede a indulgência plenária diretamente ao moribundo.

Neste caso, as condições habituais exigidas em dias comuns (como ir confessar ou comungar no próprio dia) são logicamente dispensadas, pois tornaram-se impossíveis. A Igreja estabelece apenas três condições internas e históricas:

1 Estado de Graça: Que o fiel esteja retamente disposto (arrependimento sincero de seus pecados).

2 Oração pessoal: Que o fiel reze alguma oração no momento final (se puder falar) ou invoque mentalmente o nome de Jesus com devoção. Recomenda-se o uso de um crucifixo ou de uma imagem sagrada para amparar o olhar do moribundo.

3 Hábito de oração em vida: É necessário que o fiel tenha tido o costume de recitar algumas orações ao longo de sua vida cristã. Esse hábito prévio atua, juridicamente, como o cumprimento de todas as condições gerais que a Igreja costuma exigir.

Observações

A exceção do limite diário: A Igreja possui uma regra estrita de que um

fiel só pode lucrar uma única indulgência plenária por dia. No entanto, o artigo de morte é a única exceção a essa regra. Mesmo que o fiel já tenha lucrado uma indulgência plenária na manhã daquele dia (por exemplo, participando de uma Missa de Ano Novo ou de Pentecostes), se ele entrar em perigo de morte no final do dia, ele pode receber a indulgência plenária do artigo de morte.

Dever dos próximos**:** O *Manual das Indulgências* exorta expressamente que, nesses momentos, os familiares, amigos e profissionais de saúde católicos certifiquem-se de colocar diante do enfermo o crucifixo e o ajudem a sintonizar o coração com Deus, recitando jaculatórias curtas (como "Jesus, Maria e José, eu vos dou o meu coração e a minha alma").

10

A CONDENAÇÃO ETERNA

A comunhão com Deus só é possível mediante o amor livremente escolhido. Quem recusa esse amor, seja por pecado grave contra a lei de Deus, contra o próximo ou contra a devida ordem da própria natureza, permanece separado da vida eterna (cf. 1Jo 3,14-15). Morrer em pecado mortal, sem arrependimento e sem acolher a misericórdia divina, significa escolher a separação definitiva d'Ele por livre vontade. Esse estado de autoexclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados é o que a Igreja chama de Inferno (cf. CIC, 1033-1037).

Jesus fala repetidamente da *gehena* e do “fogo que não se apaga”, reservados aos que recusam a fé e a conversão até o fim da vida (cf. Mc 9,43-48). Suas palavras são severas: os que praticam a iniquidade serão afastados do Reino e lançados na fornalha ardente (cf. Mt 13,41-42). A sentença definitiva: “Afastai-vos de Mim, malditos, para o fogo eterno” (Mt 25,41), não é uma mera metáfora, mas o anúncio real da consequência última da recusa obstinada ao amor de Deus.

A Igreja afirma, em consonância com o Magistério, a existência do inferno e a sua eternidade. As almas que morrem em estado de pecado mortal descem imediatamente após a morte ao inferno, onde sofrem a pena principal: a separação eterna de Deus, único em quem o homem encontra a vida e a felicidade para as quais foi criado (cf. 2Ts 1,9). Essa separação é a dor mais radical (a chamada *pena de dano*), porque contradiz a própria vocação para a comunhão que está inscrita no ser humano desde a criação.

Liberdade e responsabilidade

As afirmações da Escritura e da Tradição são, antes de tudo, um apelo à responsabilidade. O homem deve usar de sua liberdade tendo em vista o seu destino eterno. O caminho largo leva à perdição; o caminho estreito conduz à vida (cf. Mt 7,13-14). Como não sabemos o dia nem a hora, é preciso vigiar continuamente, para que a nossa vida terrena — única e irrepetível — seja vivida em fidelidade à graça divina (cf. Mt 24,42-44).

Deus não predestina ninguém

A Igreja ensina firmemente que Deus não predestina ninguém ao inferno. Para que alguém tenha esse destino, é necessária uma aversão voluntária a Deus (um pecado mortal) e a persistência nela até o fim (a impenitência final). A liturgia eucarística e as orações diárias dos fiéis imploram constantemente a misericórdia divina, que "não quer que ninguém pereça, mas que todos cheguem à conversão" (2Pe 3,9; cf. 1Tm 2,4).

A atualidade da doutrina frente ao silêncio contemporâneo

É preciso reconhecer que, na mentalidade contemporânea, há uma tendência a obscurecer ou relativizar a realidade do inferno. No entanto, esse silêncio ou negação contradiz o ensinamento constante da fé católica. Céu e inferno não são meros prêmios ou castigos externos e arbitrários, mas a consumação de escolhas livres e conscientes feitas no tempo. Deus respeita absolutamente a liberdade humana, a qual, junto com a autoconsciência, constitui o cerne da "imagem e semelhança" divina no homem (cf. Gn 1,26-27). O inferno é, portanto, a trágica e radical confirmação do mistério da liberdade: o homem é tão livre que possui a terrível capacidade de rejeitar o próprio Deus e Criador.

11

CONCLUSÃO

A reflexão sobre a morte, o juízo, o céu, o purgatório, o inferno e as indulgências encontra seu sentido último na caridade. A Escritura mostra que não basta conhecer a doutrina ou professar a fé com palavras: é preciso viver o amor em gestos concretos.

A caridade de Tobias para com os mortos

Tobias, mesmo correndo risco de morte, dava sepultura aos mortos, interrompendo até a refeição para cumprir esse ato de misericórdia

(cf. Tb 1,16-20; Tb 2,1-9). O arcanjo Rafael, diante do Trono do Eterno, relatava suas obras de caridade, e Deus respondeu com misericórdia: curou seus olhos, protegeu a viagem de seu filho e libertou sua nora de um demônio (cf. Tb 12,12-22). A caridade atrai a misericórdia divina, porque quem se inclina sobre o próximo abre espaço para que Deus se incline sobre si.

O Bom Samaritano

Jesus narra a parábola do homem que, caído à beira do caminho, foi socorrido por um samaritano (cf. Lc 10,25-37). Este não sabia quem era o ferido, não tinha qualquer vínculo com ele, mas viu nele um próximo e agiu com misericórdia. A salvação se manifesta na capacidade de reconhecer o outro — seja lá quem for — como irmão e de socorrê-lo, mesmo sem garantias ou recompensas.

A separação dos bodes e carneiros

Como vimos, no Juízo Final o Senhor não distingue os homens pelo mal que cometeram, mas pelo bem que deixaram de fazer. “Tive fome e não me destes de comer, tive sede e não me destes de beber, estava nu e não me vestistes, preso e doente e não me visitastes” (cf. Mt 25,31-46). O critério é o amor vivido ou recusado, e isso vale tanto para os que conheceram o Senhor como para os que nunca ouviram falar d’Ele. O amor é universal, e a omissão diante da necessidade é a verdadeira condenação.

Síntese

Assim, a doutrina sobre as Últimas Coisas (que a Igreja chama de “Novíssimos” no CIC) não é apenas um ensinamento sobre o destino eterno, mas um apelo à vida concreta de misericórdia. As indulgências, longe de serem práticas formais, são expressão da comunhão dos santos e da solidariedade que ultrapassa a morte. O católico raiz sabe que a eternidade se decide nos gestos simples: socorrer, visitar, sepultar, rezar, amar.

Este pequeno guia se encerra aqui na certeza de que, ao fim desta vida, seremos examinados no amor, e que esse amor, vivido na profissão da Fé e nas obras de misericórdia que dela necessariamente decorrem, é o verdadeiro caminho para a visão de Deus.

PARA SABER MAIS E MELHOR

CARDEAL JOSEPH RATZINGER. *Introdução ao Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

CHRISTOPHER DAWSON. *A Divisão da Cristandade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

CONCÍLIO DE FLORENÇA. *Decretum pro Graecis* (1439). In: DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações da fé católica.* São Paulo: Paulinas, 2007.

CONCÍLIO DE TRENTO. *Decretos sobre o Purgatório e as Indulgências* (Sessão XXV, 1563). In: DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações da fé católica.* São Paulo: Paulinas, 2007.

HANS URS VON BALTHASAR. *Teologia da História*. São Paulo: Paulinas, 1989.

HENRI DANIEL-ROPS. *A Igreja da Renascença e da Reforma*. São Paulo: Quadrante, 1993.

IGREJA CATÓLICA. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

IGREJA CATÓLICA. *Catecismo da Igreja Católica.* São Paulo: Loyola, 1993.

IGREJA CATÓLICA. Penitenciaria Apostólica. *Enchiridion Indulgentiarum: Normae et concessiones.* Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 4ª ed. 1999.

SANTO AGOSTINHO. *Sermões.* In: *Obras Completas*. São Paulo: Paulus, 1999.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2ª ed. 2001.

SÃO JOÃO PAULO II. *Constituição Apostólica Incarnationis Mysterium.* Vaticano, 1998.

SÃO PAULO VI, Constituição Apostólica *Indulgentiarum Doctrina*, 1967.

WILL DURANT. *A História da Civilização: A Reforma*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

* * *

Do mesmo autor

Série **O Pequeno e Prático Guia do Católico Raiz**

— para a Santa Missa;

— para o Leitor Litúrgico;

— sobre a Bíblia;

— para o Santo Rosário (com um estudo sobre a *Sub tuum praesidium* — a primeira oração mariana);

— para a Via-Sacra;

— sobre as Indulgências.

Série **Antiga Aliança**

Tobias — O Livro da Misericórdia.

O Livro de Jó.

Série **Traduções Praticamente Confiáveis**

A História Verdadeira. Luciano de Samósata.

A Senhorita Scudéry e as Joias Mortais — Um caso policial de Ernst Hoffmann.

Uma História Geral dos Piratas. Charles Johnson.